

CRISE SEM FIM

Propina no caixa oficial desafia a Justiça

Juristas divergem sobre provas para comprovar delação; empresas envolvidas doaram mais de R\$ 50 milhões

ALESSANDRA DUARTE,
GABRIEL CARIELLO
E RUBEN BERTA
opais@oglobo.com.br

O uso de dinheiro de propina para fazer doações oficiais à campanha da presidente Dilma Rousseff, como delatado pelo ex-presidente da Andrade Gutierrez Otávio Marques Azevedo, criou um elemento novo no âmbito do Direito Eleitoral, que provoca divergências entre profissionais da área. A principal questão em debate versa sobre a validade destas doações de campanha como prova de crime eleitoral, já que foram registradas legalmente nas prestações de contas de cada candidato.

As principais construtoras responsáveis pelas obras da usina hidrelétrica de Belo Monte — que segundo as delações premiadas de Otávio Azevedo e do ex-executivo da Andrade Gutierrez Flávio Barra na Lava-Jato combinaram pagamento de propina de R\$ 150 milhões — estão entre as maiores doadoras das campanhas eleitorais.

Nas eleições de 2014, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão, as quatro maiores empreiteiras do consórcio, doaram, juntas, pelo menos R\$ 30,5 milhões para a campanha de reeleição da presidente Dilma Rousseff, e pelo menos R\$ 20 milhões para a campanha à Presidência do senador tucano Aécio Neves.

Embora contabilizadas, as doações provenientes de dinheiro desviado são consideradas ilegais, segundo explica a procuradora regional da República e professora da FGV Direito Silvana Batini. A confissão, no entanto, é elemento novo no Direito Eleitoral, assim como as irregularidades no caixa oficial de campanha e o uso de informações provenientes de delação no processo eleitoral.

Ex-ministro do STJ e do TSE Gilson Dipp acredita que, em tese, a delação pode ser apreciada no processo eleitoral, mas ressalta que, por si só, o depoimento não constitui prova, sendo apenas um indicativo, de difícil comprovação:

— Em tese, qualquer prova que interesse pode ser apreciada, mas com cautela. E mais difícil até provar que um determinado recurso veio de propina do que não veio. Vai ter que ser indicada a fonte específica, provar que aquele dinheiro é proveniente de um acréscimo numa determinada obra. Isso para uma empreiteira que tem centenas de contratos.

Sócio fundador do Instituto de Direito Político e Eleitoral (IDPE) e responsável pela área eleitoral do escritório Leite, Tosto e Barros Advogados, Eduardo Nobre também acredita que o conteúdo da delação poderá ser apreciado pelo TSE, mas haverá discussão sobre a validade ou não das informações no processo:

— Há uma primeira discussão, que será em relação a provas pré-constituídas. A defesa

poderá alegar que a delação não poderia ser anexada nesse momento, já com o processo em andamento. Se o tribunal achar válido o novo indício, o delator será chamado para confirmar o conteúdo em novo depoimento — afirma Nobre, que acrescenta: — É difícil saber se a denúncia está embasada, mas pelo histórico das delações da Lava-Jato, é bem possível que haja elementos de sustentação.

Silvana, por sua vez, acredita que a delação pode ser considerada como prova:

— No processo penal, a delação, apenas, não serve de prova para a condenação criminal. Do ponto de vista eleitoral é diferente. Uma declaração dessa é uma prova testemunhal. Cabe aos autores da ação requerer a inclusão dessas informações se assim julgarem. O relator do TSE também pode pedir que essa prova seja juntada.

De acordo com a Constituição, se uma eventual cassação da chapa Dilma-Temer acontecer antes do fim do segundo ano de mandato, o presidente da Câmara assumirá o cargo e marcará novas eleições em até 90 dias.

Segundo a delação, homologada pelo Supremo Tribunal Federal, a Andrade Gutierrez usou dinheiro de propina para fazer doações legais à campanha de Dilma. A empreiteira tinha um caixa único, no qual entravam tanto os recursos legais, quanto recursos oriundos da propina de Belo Monte, usados para doações eleitorais.

Entre os doadores às campanhas presidenciais de 2014 do setor de construção e engenharia, apenas a Andrade Gutierrez foi responsável por 23,18% do total de doações, de acordo com levantamento da Diretoria de Análise de Políticas Públicas (Dapp) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base nas prestações de contas dos candidatos à Justiça Eleitoral.

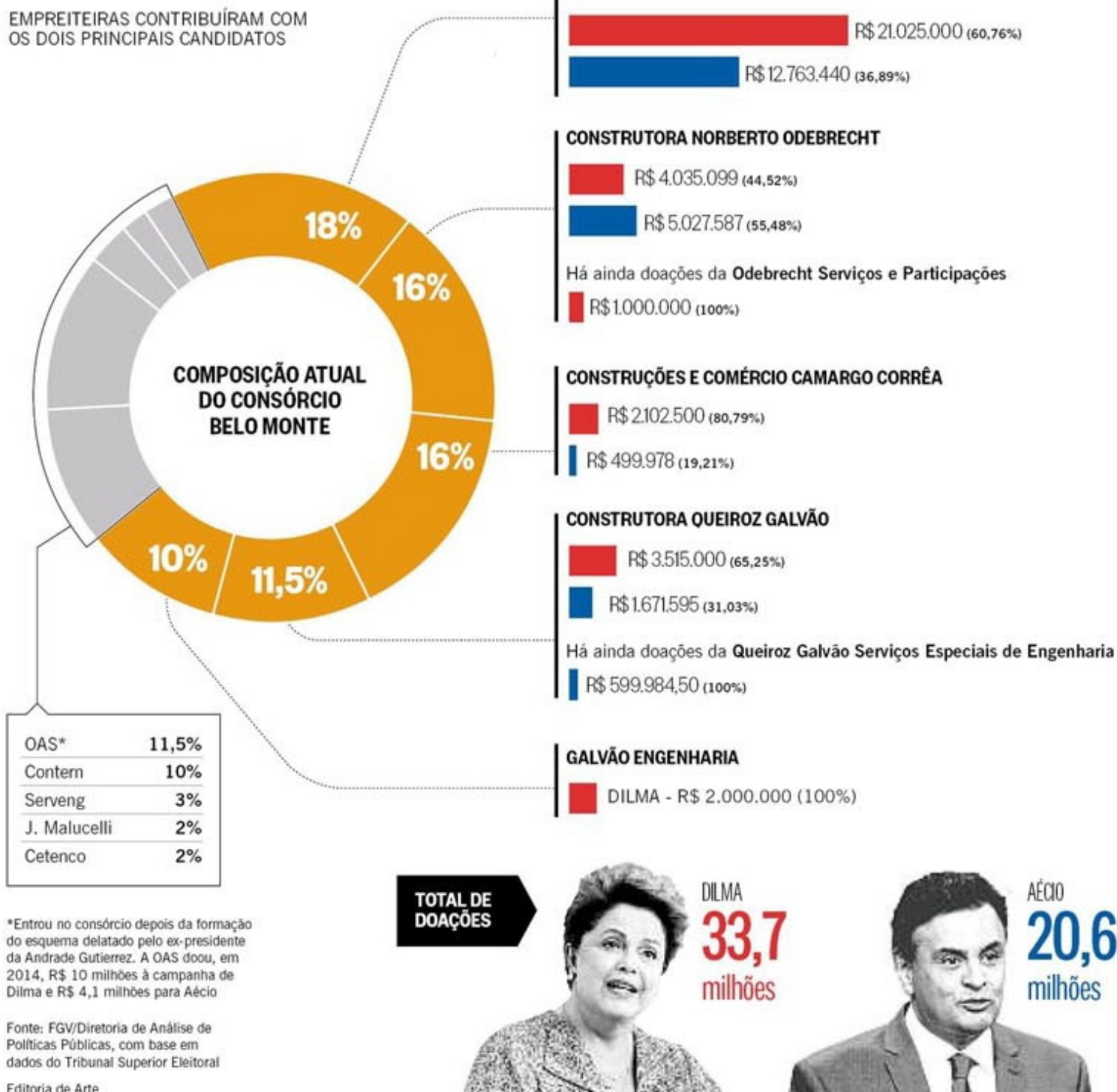
Para a campanha de Dilma, a Andrade Gutierrez doou R\$ 21 milhões; para Aécio, R\$ 12,7 milhões. Já a construtora Odebrecht — que aparece como responsável por 6,07% de todas as doações a campanhas presidenciais em 2014, doou cerca de R\$ 4 milhões para Dilma e aproximadamente R\$ 5 milhões para Aécio.

A construtora Queiroz Galvão, com 3,61% do total de doações do setor para campanhas à Presidência em 2014, doou R\$ 3,5 milhões para a campanha petista, e mais R\$ 1,6 milhão para o candidato tucano. E a Camargo Corrêa, representando 1,74% do total de doações, aparece com R\$ 2,1 milhões para Dilma e R\$ 500 mil para Aécio.

Além dessas quatro maiores empreiteiras, outra empresa do consórcio construtor de Belo Monte que aparece como doadora em 2014 é a Galvão Engenharia. A empresa doou R\$ 2 milhões para a campanha de Dilma. Não há registro de doação das outras seis empresas participantes (Mendes Júnior, Serveng, Contern, Cetenco Engenharia, Gaia Energia e Participações, e J.Malucelli). ●

AS DOAÇÕES NA CAMPANHA DE 2014

EMPREITEIRAS CONTRIBUÍRAM COM
OS DOIS PRINCIPAIS CANDIDATOS



No país das maravilhas de Dilma...

RICARDO NOBLAT
nobl@oglobo.com.br

Há o mundo real da política e o mundo da fantasia. No real, a delação da Andrade Gutierrez atingiu frontalmente a presidente Dilma Rousseff e reforçou as chances de aceitação do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados.

No mundo da fantasia, compartilhado por Dilma e políticos de todos os partidos interessados em cargos, favores e sinecuras, aconteceu o contrário: a delação reforçou as chances de o governo enterrar na Câmara o processo de impeachment.

De baixo para cima: é fato que a delação atingiu Dilma ao demonstrar que dinheiro de propina financiou a eleição dela em 2010 e a reeleição em 2014. Mas está na delação que o PMDB do vice-presidente Michel Temer recebeu também dinheiro sujo. E aí?

Aí, nada. O raciocínio de gente do governo é lógico, mas imprestável. Nada mais inorgânico como o PMDB. Não existe um PMDB como existe um PT. Existem muitos. E, desta vez, foi o do senador Edson Lobão (MA) que embolsou a grana da Andrade Gutierrez.

O míssil disparado pela Andrade Gutierrez passou perto de Temer e alcançou Dilma. De resto, quem comanda a arrecadação de recursos em uma campanha presidencial é gente ligada ao candidato a presidente. Vice não faz campanha. É figura decorativa.

O calendário do impeachment na Câmara está pronto e não será mudado a esta altura. Não por mais uma denúncia de corrupção contra a presidente Dilma. Neste fim de semana, a comissão especial do impeachment discutirá o voto do relator, Jovair Arantes (PTB-GO).

Na próxima segunda-feira, à tarde, começará a votá-lo. Na sexta-feira, dia 15, será a vez de o plenário da Câmara começar a votar o relatório. A votação poderá se estender pelo sábado, terminando

no domingo. Ou ser suspensa e retomada na segunda-feira.

A esperança de Dilma de salvar-se do impeachment tende a diminuir à medida que se aproxima o dia do juízo final. Há novas delações. E cresce a pressão da sociedade para que o mundo irreal dos políticos se concilie com o mundo real dos brasileiros.

O mundo real cobra a aprovação do impeachment. O irreal sabe disso, mas hesita. ●

“Quem comanda a arrecadação de recursos em uma campanha é gente ligada ao candidato a presidente. Vice não faz campanha”

O faro da vitória ou da derrota

ILIMAR FRANCO
ilimar@bsb.oglobo.com.br

A cada dia sua agonia. A situação do governo tem sido uma gangorra nesses dias que antecedem à votação do impeachment no plenário da Câmara dos Deputados. O fator de desequilíbrio nessa luta política tem sido as revelações da Operação Lava-Jato na sociedade e entre os próprios políticos.

É fato que o governo Dilma sai abalado a cada ato de corrupção denunciado pelo escândalo da Petrobras, mas não se consegue quantificar seu efeito. A revolta na sociedade sempre corre o risco de não ter o mesmo peso no Parlamento. Os partidos e os políticos são pragmáticos. A história, desde a redemocratização, mostra que eles não se posicionam por razões morais. Os motivos eleitorais falam mais alto.

Poder, cargos e recursos do orçamento pesam mais para a reeleição de parcela importante dos deputados do que as ruas. O ex-presidente José Sarney alimentou o Centrão para garantir um mandato de cinco anos. O ex-presidente Fernando Collor

entregou seu governo para o PFL para tentar evitar o impeachment.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, após reunião no Alvorada na qual o PFL se queixou da ampliação do poder do PMDB, acabou criando e nomeando o senador Freitas Neto para o Ministério Extraordinário das Reformas Institucionais. O ex-presidente Lula, depois de ter esnobado o PMDB, quando o mensalão bateu na sua porta, entregou o Ministério da Saúde para os peemedebistas.

“O governo Dilma sai abalado a cada ato de corrupção denunciado, mas não se consegue quantificar seu efeito”

A presidente Dilma também anda em zigue-zague. Menosprezou o petrolão e, quando ele foi em direção ao Planalto, ampliou o poder do PMDB, entregando a Saúde para o aliado. Mas antes disso ela perdeu o aval da direção

do aliado. O desastre veio no movimento em que convocou o vice Michel Temer para assumir a coordenação política e depois o chutou da função.

As ruas, o petrolão, os cargos, o orçamento da União etc estão dentro de um liquidificador. Quando essa mistura chegar ao plenário da Câmara, os deputados vão votar ao sabor do cheiro, do faro da vitória ou da derrota. Manter-se no poder é preciso. ●